

FECHA ASPAS: NELSON MAMEDE

Faltam estratégias

MARCIO BUENO

Por que as exportações de produtos agropecuários brasileiros são tão baixas se comparadas com o peso do Brasil na economia mundial? E o que deve ser feito para modificar esse quadro? O empresário e administrador de empresas Nelson Mamede estuda o assunto há muitos anos, inclusive no período em que foi diretor comercial da Sadia e se radicou na Europa com o objetivo de ampliar os negócios para a empresa no Velho Mundo. "O Brasil – diz ele – fez aberturas unilaterais, sem negociação, mostrando exatamente como nunca prestou atenção em como é feita no dia-a-dia a relação entre países". Nelson Mamede entende que a falta de estratégias bem definidas, acordadas entre os poderes Executivo, Legislativo e a iniciativa privada, faz com que o Brasil atue amadoristicamente nas negociações multilaterais. Ex-presidente e atualmente diretor da Abag – Associação Brasileira de Agribusiness –, acumulou experiência suficiente para desenvolver um projeto inovador para o estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um pólo de produção voltado para nichos de mercado em todo o mundo que exigem produtos saudáveis e ambientalmente corretos.

Qual é o peso do país no comércio internacional de produtos agropecuários?

— O Brasil participa com menos de 1% do comércio internacional total. Como um todo somos uma nação não-exportadora, embora sejamos a oitava economia do mundo ocidental. Isso caracteriza uma nação ainda muito voltada para o seu mercado interno, não tendo na sua cultura de comércio a chamada cultura exportadora como um negócio. Nunca fizemos o dever de casa corretamente sobre a função do antigo Gatt – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, porque o Gatt foi claramente formatado para beneficiar um grupo de países, logicamente os mais desenvolvidos. Esses países tiveram dentro do Gatt dois tipos de atuação: a atuação política, levando em conta que ao terminar a guerra fria, o foco foi deslocado para a guerra comercial. Os países que já tinham no Gatt o seu desenho, apenas transferiram esse desenho, com a mesma formatação, incluindo novas exigências, para a OMC – Organização Mundial do Comércio. Tanto assim que continuamos a ter os mesmos problemas que existiam no Gatt, que ficaram claros no final da Rodada Uruguai. E só então houve a percepção de que do Gatt para a OMC precisaria começar tudo novamente como trabalho porque simplesmente não houve mudanças. Nos discursos apontava-se claramente para a liberação do comércio mundial, mas todas as atitudes eram absolutamente contrárias e até hoje são contrárias a essa liberação. E o Brasil fez aberturas unilaterais, sem negociação, mostrando exatamente como nunca prestou atenção em como é feita no dia-a-dia a relação entre países. Há a atuação política e também a atuação puramente administrativa. O Brasil não consegue fazer seus pleitos de maneira correta, tem uma defesa deficiente e perde muitas demandas por decurso de prazo. Tanto política quanto administrativamente, a atuação tem sido amadorística.

O Brasil contava com alguma mudança em Seattle?

— Era previsível que Seattle fosse uma reunião mais social, com o fito de confirmar o não-acordo do que eventualmente de apontar para algum tipo de avanço. Mas em Seattle, acendeu para o Brasil a primeira luz amarela para descobrir que a tal da multilateralidade não nos favorece. O país está precisando estabelecer uma estratégia coletiva muito bem definida e neste momento não está preparado para isso. Faltam muitas definições internas dos objetivos como país, do que realmente nós temos de pontos fortes e de pontos fracos e saber negociá-los em bloco.

O Brasil não tem também que procurar parceiros entre os países do Terceiro Mundo para estabelecer estratégias comuns de atuação?

— Não tenha dúvida. É exatamente nesse jogo negocial que o país ainda não soube fazer com que ele funcione com o máximo retorno necessário. O Brasil participa do Grupo de Cairns, que foi formado por países que estariam dentro da mesma sintonia de problemas e que se defenderiam em bloco em relação às nações mais desenvolvidas. Acontece que vários participantes do Grupo de Cairns já não têm as mesmas proposições que tinham no momento da sua formação. Apenas para citar um exemplo, a Hungria hoje está muito mais empenhada em fazer parte da União Européia do que evidentemente ficar contra uma posição européia numa negociação mais ampla.

É verdade que nós temos tentado melhorar – o governo com o Legislativo e com a própria iniciativa privada estão começando a trabalhar mais juntos por um objetivo comum. Mas ainda estamos muito longe de um país totalmente organizado como são hoje os países desenvolvidos.

Há muitas restrições a nossos produtos alegadamente por questões ecológicas ou sanitárias, mas que na verdade mascaram razões protecionistas?

— Num primeiro momento surgiram as barreiras tarifárias. Elas seriam compensatórias à não-competitividade dos países desenvolvidos. Essas barreiras nada mais eram do que uma forma de tornar mais baratos os produtos produzidos localmente. Essa é uma medida protecionista muito grave e muito desleal. Como há uma evolução constante e os países desenvolvidos fazem dessas armas negociais um exercício diário – o que o Brasil ainda não aprendeu a fazer –, eles passaram para uma segunda etapa desse protecionismo, que são as barreiras sanitárias. Isso como adicional às barreiras tarifárias. À medida que se perde a capacidade de negociar as tarifas, compensa-se com as barreiras sanitárias. Acontece que surgiram problemas sanitários nos próprios países desenvolvidos, como é o caso da doença da vaca louca. Ora, se as barreiras tarifárias estão sob fogo cerrado e as sanitárias também apresentam problemas, tinham que ser criadas novas barreiras, posto que o desenho mundial do negócio é esse. Começaram a surgir as sanções ambientais, sanções religiosas, sanções trabalhistas, de direitos humanos, enfim todas as barreiras possíveis e imagináveis continuarão a ser levantadas sistematicamente como parte das negociações. Esse é um exercício diário. As exigências são cada vez mais subjetivas, em que o país exportador fica com o ônus da comprovação, o que exige tempo. Tempo suficiente para que o produtor local do país desenvolvido atue sem concorrência.



Há entidades ambientalistas que são manipuladas no sentido de criar campanhas contra determinados produtos que não seriam ecologicamente corretos?

— A negociação apresenta múltiplas faces. Uma delas é a negociação paralela com as próprias entidades ambientalistas. A imagem do país é um adicional ao produto, faz parte do pacote e o Brasil atua mal nesse aspecto. Não existe uma negociação focada num único ponto. É preciso ter uma negociação em bloco e negociações pontuais, e as duas têm que ser integradas no tempo e convergentes. É uma estratégia de país. As entidades ambientalistas têm que receber o tratamento adequado.

É verdade que o Brasil não conhece os hábitos e gostos do consumidor estrangeiro, o que prejudicaria a colocação dos nossos produtos?

— Nos últimos anos começamos a melhorar esta *performance*, mas o produtor brasileiro ainda essá distante do que seria o ideal. Ele produz para depois vender. É preciso que ele conheça as reais necessidades do seu consumidor e depois produza de acordo com a demanda do mercado. O Brasil está melhorando, mas ainda estamos longe de ter a cultura do exportador, do homem que se dedica ao seu consumidor, detectando as suas reais necessidades. Um exemplo é a cachaça, que é oferecida em garrafas de 1 litro, quando os produtos concorrentes são apresentados em garrafas de 700ml, mais de acordo com os hábitos dos consumidores. Recentemente foi exportado para a Inglaterra um tipo de carne que não é aceito pelo país. É a carne de frango semiprocessada, quando na legislação inglesa é especificado que só pode ser *in natura* ou processada. A carne não foi aceita e ficou retida na aduana porque contrariava a legislação local.

Por que países desenvolvidos são menos competitivos que países do Terceiro Mundo em relação a produtos agropecuários?

— Eles não têm competitividade porque a técnica e a tecnologia hoje, aplicadas à produção de alimentos, ficaram disponíveis para todos os países do mundo. Então o fator impeditivo de competitividade hoje são as coisas mais simples, como a qualidade da terra, a água, cuja escassez aponta para uma crise em um futuro bem próximo, o clima... É aquilo que não está disponível em qualquer lugar do mundo e está ficando cada vez menos disponível à medida que a terra vem sendo maltratada como um ser vivo. O esgotamento dessas riquezas está chegando primeiro ao Primeiro Mundo e as conseqüências vão surgindo, como é o caso da doença da vaca louca. O Brasil felizmente está qualificado para ser um dos principais produtores de alimentos por causa da extensão e qualidade de suas terras, quantidade de água – é um dos primeiros do mundo nesse aspecto –, clima favorável, ausência de problemas climáticos como furacões, terremotos etc. Todo esse conjunto credencia o Brasil a ter as melhores vantagens comparativas em relação a outros países.

Qual é exatamente o projeto de agricluster, de sua autoria, e quais as diferenças em relação a formas de associatividade, como é o caso das cooperativas.

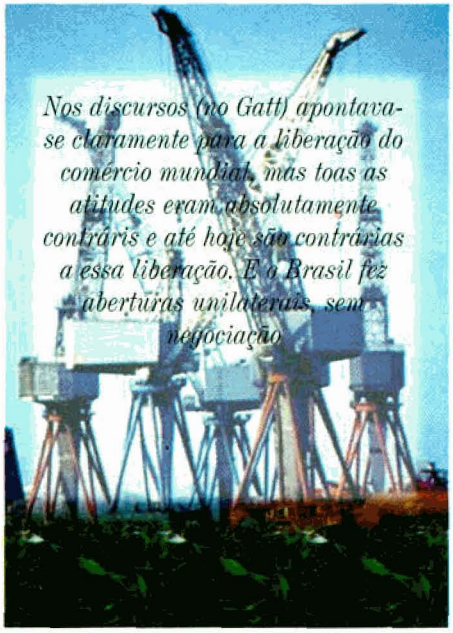
— Estou desenvolvendo um projeto no Rio de Janeiro – o Portal Orgânico – que espero ser o melhor produto orgânico que possamos fabricar no mundo. O Brasil detém condições excelentes de produção e o Rio de Janeiro, particularmente, mais ainda porque é um estado que sempre negligenciou a questão agrícola e principalmente o agribusiness. Aqui não há esgotamento. No passado, a falta de investimentos agrícolas no estado tinha uma certa lógica porque as produções exigiam escala e as condições topográficas e até climáticas eram um impeditivo. Mas o mundo mudou e não exige mais só as produções em escala. As *commodities* podem e devem ser produzidas em outros locais. Mas hoje, uma parcela do mundo que detém alto poder aquisitivo está voltada para uma alimentação de alto valor nutritivo e exige dos produtos *saudabilidade* e praticidade. Essa tendência fez surgir uma nova linha de produtos sofisticados, com agregação de valor, que não são *commodities*. Os governantes ainda não perceberam a ocorrência dessas mudanças. O Rio de Janeiro, com suas características, com terras que nunca foram usadas extensivamente, tornou-se uma região valorizada para determinado grupo de produtos. Em função da topografia, das serras, o Rio tem também águas mais puras do que as encontradas nas baixadas e locais menos privilegiados. Temos também clima para determinado grupo de produtos. O que o Rio precisa fazer é um agricluster de um *mix* de produtos definidos em função da melhor capacitação de produção que o estado oferece. O Rio é um estado basicamente importador e pode mudar o perfil para um estado importador de matéria-prima de outros estados e exportador de produtos de alto valor agregado. Penso que se desenvolvermos um programa de agricluster, num primeiro momento já será possível dobrar o PIB do agribusiness do estado.

Como se pode traduzir agricluster?

— É um pólo de produção, mas é mais amplo do que uma cooperativa ou um pólo apenas, como os pólos industriais.

No Norte fluminense está sendo implantado um pólo de fruticultura, um projeto desenvolvido pela Firjan...

— Esse é mais amplo que um pólo simplesmente, porque foi adicionada uma fábrica processadora, a MPE. Mas o agricluster é ainda muito mais amplo, envolvendo toda a comunidade. E o Rio de Janeiro tem a característica de ser um estado urbano-rural, o que é um diferencial importante. O êxodo do rural para o urbano tornou as duas áreas muito próximas, proximidade que se observa até em termos de distância. O agricluster envolve toda a questão ambiental, envolve a valorização do trabalho da mulher, seja em casa, seja dentro do próprio trabalho, a valorização do jovem. O produto vai sair com a marca e a imagem de toda a comunidade. É obrigatório ter um bom nível de educação, que estará incorporada ao agricluster. Haverá uma integração de atividades, que transforma o agricluster num centro de produção que atenderá a todos os quesitos reclamados por esse nicho importante de mercado: produção de qualidade, envolvimento da comunidade dentro do projeto, gerando empregos, criando o compromisso da comunidade em relação ao produto final, criando núcleos de educação e com consciência ambientalista, porque o produto deve levar a marca do respeito ao meio ambiente.



Que tipos de produtos poderiam ser desenvolvidos no Rio de Janeiro?

— A minha proposta é que a gente faça um Portal Orgânico. O termo portal está atualmente associado à informática e no caso do Portal Orgânico é exatamente para dar a idéia de abrangência mundial. Os produtos estarão disponibilizados para todo o mundo. O Rio reúne as condições para um *mix* de produtos orgânicos que poderão ser colocados em qualquer lugar do mundo no máximo em 24 horas. O transporte aéreo terá uma importância muito grande. Em relação ao tipo de produto, acho que devemos estudar cada um dos nichos de mercado de produtos orgânicos, que está crescendo a uma velocidade de 100% ao ano. A princípio, considero que os hórtis são produtos que devem ser desenvolvidos inclusive porque apresentam aquele apelo de sair diretamente do produtor para a mesa do consumidor. Outros produtos: café, aves, carnes, peixes...

Esse projeto de agricluster já está pronto, já foi apresentado a investidores, a governos?

— O projeto eu desenvolvi a partir do convívio durante anos com o comércio internacional, porque morei algumas vezes fora do Brasil. A concepção é minha, mas não pode ser um projeto meu – é do estado do Rio de Janeiro. Devido à miopia dos gestores de política do Rio, é exatamente aqui onde estou encontrando muita dificuldade em explicar o porquê da escolha desse estado. Há muita dificuldade de apresentar o projeto como gerador de emprego, gerador de benefícios sociais. Felizmente, recebi apoio de duas áreas muito importantes que o estão alavancando rapidamente. O primeiro foi do Sebrae – estou discutindo com seus representantes o passo inicial, que é um seminário a ser realizado por volta de maio. Para participar, estou trazendo uma delegação inglesa em conjunto com o Ministério da Agricultura da Inglaterra. Serão convocados desde os produtores de produtos orgânicos até chefes de cozinha, que farão parte da cadeia sistêmica de agribusiness. O segundo apoio da maior importância foi da Associação Brasileira dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro. Seus associados já têm essa concepção de produtos orgânicos que hoje o mundo está exigindo há muito mais tempo do que eu poderia imaginar. A Associação já está firmando um compromisso de parceria comigo, voltada para a idéia de posicionar o produto do Rio de Janeiro como o melhor produto que se possa obter em todo o mundo.